



# As **Parcerias Público-Privadas** no ano de 2016

O ano de 2016 ficará marcado como o das PPPs municipais: 100% das 12 Parcerias Público-Privadas assinadas foram contratos firmados com prefeituras junto a concessionárias que ficarão, por algumas décadas, responsáveis pela gestão da infraestrutura e do serviço público concedido.

## PRINCIPAIS MARCAS



Com as 12 PPPs de 2016, foi atingida a marca de 99 contratos dessa modalidade já assinados no Brasil.



O valor total das PPPs assinadas no Brasil ano passado supera R\$7,7 bilhões. Adicionando esse número à soma dos valores dos contratos firmados nos anos anteriores, alcança-se um total de R\$157 bilhões.



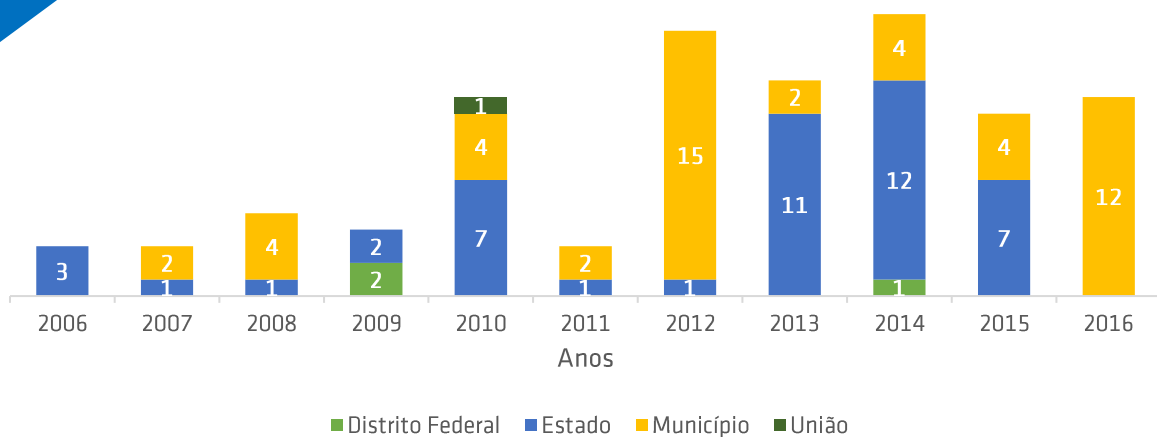
De acordo com a base de dados da Radar PPP, os investimentos estimados costumam representar 47% do valor do contrato. Sendo assim, é possível estimar que os contratos de PPP assinados em 2016 vão gerar R\$3,5 bilhões de investimento para os municípios.

# PPP

## ANALISANDO O ANO DE 2016

Pelo quinto ano consecutivo, foram registrados **mais de 10** contratos de PPP assinados durante os respectivos 12 meses.

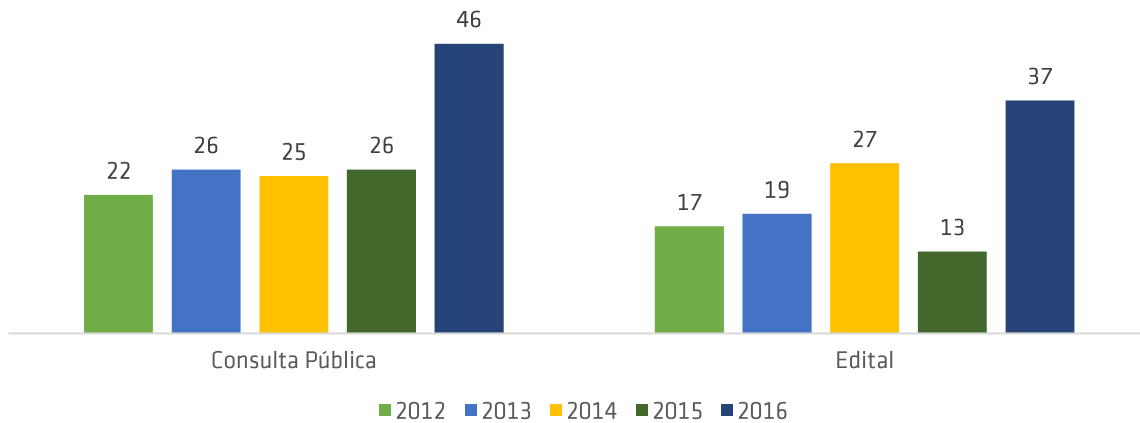
Isso pode significar que o mercado alcançou um patamar mínimo de atividade que tem assegurado, mesmo diante das dificuldades externas e também das específicas de cada projeto, que pelo menos uma dezena de novos contratos deve se incorporar ao estoque de Parcerias Público-Privadas no país a cada ano que passar.



Em relação ao número de PMIs (e, nesse caso, as concessões comuns são também consideradas) foram **103** em 2016, que é a segunda maior marca da história, atrás apenas de 2015, que registrou o número de 160.

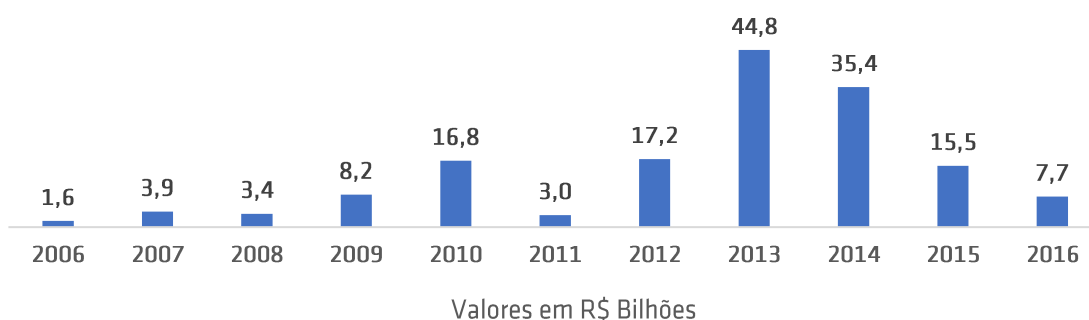
Sobre os editais publicados, o ano de 2016 foi aquele com o maior número em toda a série histórica: **37** ao todo. Apenas para referência, isso é quase o triplo de 2015 (que teve 13 editais).

Em harmonia com esse crescimento, 2016 foi também o ano com o maior número de consultas públicas lançadas na história desde que as PPPs existem no Brasil.



Ou seja, ainda que não seja possível identificar um crescimento expressivo no número de contratos assinados entre anos consecutivos, é razoável supor que esse aumento significativo dos editais e consultas públicas vão acarretar, no curto e no médio prazo, uma escalada sem precedentes quanto ao número de PPPs assinadas.

Por outro lado, é igualmente importante considerar que o ano de 2016, pelo terceiro ano seguido, registrou uma diminuição na soma do valor das PPPs que se converteram em contrato:



O gráfico anterior serve para corroborar a percepção de que estamos vivenciando um movimento de mudança no perfil dos projetos de Parcerias Público-Privadas.



As PPPs são, cada vez mais, vistas como uma alternativa para alocar o recurso público de modo mais eficiente em diferentes demandas, ao passo que são, cada vez menos, entendidas como um instrumento exclusivo para projetos de grande porte.

Isso não significa, entretanto, que grandes projetos não acontecerão por meio de PPPs, mas que deverão deixar de ser predominantes.



Para dar dois exemplos de grandes projetos em andamento, o **projeto habitacional da Fazenda Albor** está superando as etapas do ciclo preparatório no Governo do Estado de São Paulo, assim como o **BRT da região metropolitana de Florianópolis** avança no Governo Estadual de Santa Catarina.

Talvez até por conta dessa mudança do perfil dos projetos, apesar de uma sensível diminuição da atuação das construtoras envolvidas na Operação Lava Jato no mercado de PPPs (tanto na participação em PMIs, como nas licitações), a presença delas ainda é possível de ser identificada<sup>1</sup>.

Por exemplo, a Odebrecht Ambiental pode se tornar, em breve, acionista da PPP de Saneamento do município de Mauá e a Andrade Gutierrez está envolvida no PMI do grande projeto habitacional do Governo de São Paulo, chamado Fazenda Albor.

<sup>1</sup> Para mais informações, ver <https://globoplay.globo.com/v/5323046/>

## ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Além de ter sido o ano das PPPs municipais, 2016 foi também o ano das PPPs de Iluminação Pública, com **7** contratos assinados (incluindo o da cidade de Belo Horizonte, que foi o maior entre todos eles).



Vale notar que **60%** dos contratos e **62%** dos editais de PPP que foram publicados em 2016 foram de projetos de Iluminação Pública, o setor que promete preservar o status daquele com a atividade mais intensa também no ano de 2017.

Nesse mercado, um dos atores que mais mereceu destaque foi a FM Rodrigues, que faz parte de **4** concessionárias de PPP cujos contratos foram firmados no ano de 2016.

## ABASTECIMENTO DE ÁGUA E/OU ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Historicamente sempre muito ativo (segundo segmento com maior número de contratos, atrás somente do de Resíduos Sólidos), o ano de 2016 foi o primeiro em 4 anos em que nenhuma PPP foi assinada no setor de saneamento.



Contudo, há uma real possibilidade de que a primeira PPP de 2017 seja a Concessão Administrativa do Esgotamento Sanitário de Vila Velha, a segunda PPP do setor a ser firmada pelo Governo do Estado do Espírito Santo, cujo resultado final da licitação já foi publicado – e a AEGEA declarada vencedora.

Destacando uma das transações mais relevantes do setor, a Odebrecht Ambiental, que é sócia de 6 PPPs de saneamento no Brasil, teve 70% do seu capital vendido ao grupo canadense Brookfield.

## O QUE ESPERAR PARA 2017

Considerando apenas as PPPs que estão em licitação ou cujos vencedores já foram declarados (mas o contrato ainda não foi assinado), há **11** projetos que podem se converter em contrato no curto prazo, possivelmente, já nos primeiros meses de 2017 (além da já mencionada PPP de esgotamento sanitário de Vila Velha, o Hospital da Zona Norte de Sorocaba e as unidades do Ganha Tempo no Estado do Mato Grosso merecem destaque). Essa conta exclui, por exemplo, o grande número de projetos cujos estudos que vão orientar a publicação do edital (tenham sido obtido por meio de PMI ou não) já estão de posse do poder concedente.

No âmbito municipal, a pauta de PPPs fez parte de debate eleitoral com muita intensidade e o voto popular respaldou muitos Prefeitos que, expressamente, defenderam o envolvimento da iniciativa privada para solucionar necessidades públicas no formato de Parceria Público-Privada. Assim como em 2016, o ano de 2017 promete muita atividade das Prefeituras no ambiente das PPPs.



Os Estados da federação, principalmente por conta da crise fiscal que os assola, devem viver um ano mais tímido em relação às Parcerias Público-Privadas, sem que isso impeça que alguns deles assinem contratos de maneira pontual.

No âmbito federal, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) criado ano passado, deverá coordenar as ações da União nas políticas de desestatização, que envolvem privatizações, concessões e PPPs. A expectativa, entretanto, a julgar pelas informações divulgadas pelo PPI e pela carteira de projetos priorizados, é que a maioria dos projetos não deverá assumir os contornos de Parcerias Público-Privadas, pelo menos não tal como previstas na Lei 11.079/04.



 [info@radarppp.com](mailto:info@radarppp.com)

---

*As informações desse texto foram extraídas do “Radar de Projetos”, cujas condições de assinatura podem ser vistas em [www.radarppp.com/planos](http://www.radarppp.com/planos).*

*200 novos projetos foram adicionados ao “Radar de Projetos” no ano de 2016, e mais de 2,5 novos históricos por dia útil foram lançados, anotando registros sobre os mais de 830 projetos atualmente cadastrados.*